

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FEAC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

YUDINI GERCINO SILVA MATOS

AS MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES QUE OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS POSSUEM FRENTE ÀS DISCIPLINAS DO SETOR
PÚBLICO: UM ESTUDO REALIZADO NOS ANOS DE 2023 E 2024

MACEIÓ - AL
2024

YUDINI GERCINO SILVA MATOS

**AS MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES QUE OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS POSSUEM FRENTE
ÀS DISCIPLINAS DO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO REALZADO NOS ANOS DE
2023 E 2024**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Erica Xavier de Souza

**MACEIÓ - AL
2024**

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Girlaine da Silva Santos – CRB-4 – 1127

M425m Matos, Yudini Gercino Silva.

As motivações e dificuldades que os estudantes de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas possuem frente às disciplinas do setor público: um estudo realizado nos anos de 2023 e 2024 / Yudini Gercino Silva Matos. – 2024.

56 f.: il.

Orientadora: Erica Xavier de Souza.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 50-51.

Apêndice: f. 52- 55.

Anexos: f. 56

1. Ciências Contábeis - (AL). 2. Contabilidade - Estudo e ensino. 3. Formação profissional. I. Título.

CDU: 657: 378 (813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

YUDINI GERCINO SILVA MATOS

AS MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES QUE OS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS POSSUEM FRENTE ÀS DISCIPLINAS DO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO REALIZADO NOS ANOS DE 2023 E 2024.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 25/11/2024.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 ERICA XAVIER DE SOUZA
Data: 26/11/2024 21:45:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Msc.Érica Xavier de Souza (Orientadora)
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas

MARCIA MARIA SILVA DE LIMA:82838569449 Assinado de forma digital por MARCIA MARIA SILVA DE LIMA:82838569449
Dados: 2024.11.27 10:32:53 -03'00'

Prof^a Msc Márcia Maria Silva de Lima (Membro Examinador)
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas

Documento assinado digitalmente
 PAULO SERGIO CAVALCANTE
Data: 27/11/2024 13:04:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Msc. Paulo Sérgio Cavalcante (Membro Examinador)
Faculdade de Economia Administração e Contabilidade
Universidade Federal de Alagoas

RESUMO

Este estudo foi feito para investigar quais são as motivações e dificuldades dos discentes do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) frente às disciplinas da área pública, bem como a ótica dos alunos em algumas situações. Para alcançar este objetivo, foi realizada uma pesquisa descritiva, utilizando um questionário de perguntas e respostas para estes discentes e realizando a coleta e análise dos dados. A pesquisa é relevante para compreender quais são os empecilhos que atrapalham no aprendizado e no apreço pelas disciplinas que englobam a contabilidade aplicada ao setor público, além de demonstrar quais métodos de ensino atraem e motivam os estudantes. As informações obtidas através da interpretação dos dados, evidenciou que os participantes da pesquisa possuem grande dificuldade em compreender os conteúdos das disciplinas da área pública e que não consideram estas, suas disciplinas favoritas de todo curso. Isso se deve devido ao excesso de teoria e pouco uso de atividades complementares. Ademais, notou-se como motivação, o desejo de ingressar no mercado de trabalho da contabilidade aplicada ao Setor Público e de avaliações que simulem este cotidiano, para melhorar o apreço pela área.

Palavras-chave: Motivações e dificuldades; contabilidade aplicada ao setor público; opinião dos discentes

ABSTRACT

The aim of this study was to investigate the motivations and difficulties faced by students on the Accountancy course at the Federal University of Alagoas (UFAL) in relation to subjects in the public sector, as well as their views on certain situations. To achieve this objective, a descriptive survey was carried out, using a question and answer questionnaire for these students and collecting and analyzing the data. The research is relevant to understanding the obstacles that hinder learning and appreciation of subjects that include accounting applied to the public sector, as well as demonstrating which teaching methods attract and motivate students. The information obtained through the interpretation of the data showed that the participants in the survey have great difficulty in understanding the content of the public sector subjects and that they do not consider these to be their favorite subjects in the entire course. This is due to the excess of theory and little use of complementary activities. In addition, the motivation was the desire to enter the job market in accounting applied to the Public Sector and to take assessments that simulate this day-to-day life, in order to improve their appreciation of the area.

Keywords: Motivations and difficulties; accounting applied to the public sector; student opinion

LISTA DE SIGLAS

A.C. Simões	Aristóteles Calazans Simão
CNE	Conselho Nacional de Educação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual Aplicado ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PPC	Planejamento Pedagógico do Curso
STN	Secretária do Tesouro Nacional
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero dos respondentes.....	30
Gráfico 2 - Faixa etária dos respondentes.	31
Gráfico 3 – Mapeamento dos respondentes por Campus da UFAL	32
Gráfico 4 – Mapeamento dos respondentes por período.....	33
Gráfico 5 - A dificuldade dos discentes quanto ao entendimento das disciplinas da área pública.	34
Gráfico 6 - Nível de favoritismo para com as disciplinas da contabilidade pública	35
Gráfico 7 – Desejo de seguir na área pública após término do curso.	36
Gráfico 8 - Resultados da opinião dos discentes sobre a matriz curricular.....	38
Gráfico 9 - Percepção dos discentes em relação a carga horária.....	41
Gráfico 10 - Frequência de aulas no laboratório	42
Gráfico 11 - Empecilhos para a baixa frequência das aulas laboratoriais.....	42
Gráfico 12 - Relação entre disciplinas e estágio.....	43
Gráfico 13 - Relação entre estágio e disciplinas.....	44
Gráfico 14 - A didática dos professores segundo os discentes.....	45
Gráfico 15 - A melhor forma de avaliação do docente.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Disciplinas mais comuns na área do Setor Público nos cursos de contabilidade	13
Quadro 2 - Eventos marcantes da Contabilidade Pública Brasileira.....	17
Quadro 3 Motivos que causaram o interesse dos discentes em estagiar.	37
Quadro 4 - Carga horária das disciplinas públicas no A.C Simões, PPC 2009	39
Quadro 5 -Carga horária das disciplinas públicas no A.C Simões, PPC 2019	40
Quadro 6 - Carga horária das disciplinas públicas no Campus Sertão, PPC 2013	40
Quadro 7 - Carga horária das disciplinas públicas no Campus Sertão, PPC 2017	40
Quadro 8 - Conteúdos do Exame de suficiência que foram abordados nas disciplinas de contabilidade pública.....	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.2. PROBLEMA DA PESQUISA.....	13
1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA	14
1.3.1. Objetivo Geral	15
1.3.2. Objetivos Específicos.....	15
1.4. JUSTIFICATIVA	15
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 BREVE HISTÓRICO E AVANÇOS DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NO BRASIL	17
2.2.1 Objeto, objetivo e campo de atuação da contabilidade pública	19
2.2.2 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP	19
2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	20
2.3.1 Estrutura da Administração Pública	21
Fonte: Junquilha, 2024.....	21
2.3.2. Surgimento das Universidades Federais e do Curso de Contabilidade no Brasil.....	22
2.5. DISCIPLINAS DA ÁREA PÚBLICA NO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	24
2.6 ESTUDOS CORRELATOS.....	25
3 METODOLOGIA CIENTÍFICA	27
3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	27
3.3. COLETA DE DADOS	28
4. ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	30
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES.....	30
4.1.1. Gênero dos Respondentes	30
4.1.2. Faixa Etária	31
4.1.3. Instituição de Ensino.....	31
4.1.4. Período do discente.....	32
4.1.5 Plano Pedagógico do Curso (PPC).....	33
4.2 PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES QUANTO ÀS MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES FRENTE ÀS DISCIPLINAS DA ÁREA PÚBLICA	34
4.2.1. Dificuldade no entendimento e a preferências das disciplinas da área pública.....	34

4.2.2. Ingresso no Mercado de Trabalho da Contabilidade Pública.....	36
4.2.3. Relação Entre o Plano Pedagógico do Curso e a Opinião dos Discentes	37
4.2.4. Atividades Complementares	41
4.2.5. Relação entre estágio e as disciplinas	43
4.2.6. Didática dos Docentes.....	44
4.2.7. Conteúdos de Contabilidade Pública no Exame de Suficiência	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50
APÊNDICE A - Questionário: As motivações e dificuldades que o estudante de ciências contábeis tem frente às disciplinas da Área Pública.	52
ANEXO A.....	56

1 INTRODUÇÃO

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A contabilidade ocupa um papel essencial na estrutura econômica e social da sociedade, sendo o alicerce que sustenta a tomada de decisões nas organizações nos seus diversos tamanhos. Portanto, faz-se necessária em quase tudo que a pessoa for fazer atualmente, seja abrir um escritório, contratar um funcionário, realizar um financiamento no banco, receber restituição de imposto de renda (Marion, 2007).

Sendo assim, o contador deve proporcionar ao cliente total segurança e confiabilidade, uma vez que o compartilhamento de dados pessoais é constante, uma vez que o profissional tem uma responsabilidade social relevante. Logo, a essência da contabilidade, envolve responsabilizar-se por informações confidenciais e sensíveis que impacta em diversas áreas, tanto interna quanto externa à organização, desde investidores até sociedade em geral.

Nesse aspecto, tem que a aplicação da ciência contábil perpetua-se e renova-se ao longo do tempo, auxiliando cidadãos, empresas e entes públicos na melhor tomada de decisão para seu patrimônio, sendo, portanto, aplicada tanto no setor privado como no setor público.

Onde, tem-se que o setor público e o setor privado são duas partes fundamentais da economia, cada uma com características, objetivos e formas de funcionamento distintas. Onde o setor público visa o bem-estar social e é financiado por impostos, enquanto o setor privado busca lucro e se financia com receitas próprias. A regulação e a estabilidade no emprego tendem a ser maiores no setor público. Já o setor privado é mais flexível e orientado para o mercado, enquanto o setor público é mais voltado para a prestação de serviços essenciais à sociedade. Essas diferenças são essenciais para entender como cada setor opera e sua importância na economia e na vida social.

No Brasil, segundo os arquivos do Conselho Federal de Contabilidade, O ensino da contabilidade provavelmente começou com a classe comercial da corte, em 1809, que foi a Escola de Comércio Álvares Penteado, e com a sua transformação, em 1856, no Instituto Comercial do Rio de Janeiro, sendo o Brasil um dos primeiros países para fazer isso. Foi uma instituição de ensino superior em contabilidade, a Escola de Comércio Álvares Penteado, criada em 1902, a primeira escola especializada no ensino de contabilidade. (Amorim, 2024)

Os cursos de Ciências Contábeis têm como objetivo formar profissionais capacitados para atuar na área contábil, financeira e tributária, desenvolvendo conhecimentos e habilidades essenciais para a gestão de informações e análise de dados financeiros. A estrutura das

disciplinas pode variar de uma instituição para outra, mas geralmente segue um modelo semelhante, com disciplinas teóricas e práticas que abrangem diversas áreas do conhecimento.

Diante do exposto, para que os contadores cumpram seu papel, é necessário que o profissional contábil tenha uma carreira acadêmica exímia, criando laços com todas as disciplinas oferecidas pelo curso.

É fato que, ao ingressar na faculdade de ciências contábeis, o recém-aluno e futuro profissional contábil, tem acesso a um grande número de áreas e ramos da contabilidade para serem estudados, como, por exemplo: a contabilidade de custos, que gerencia os custos dos produtos de uma companhia; a contabilidade tributária, que estuda os tributos da legislação; a contabilidade comercial, que analisa e controla empresas que lidam com mercadorias; a contabilidade aplicada ao setor público, que se destina ao estudo do patrimônio dos entes públicos, etc.

Diante dessa gama de conteúdos abordados nos componentes curriculares ao longo do curso, verificou-se que há uma certa preferência dos discente pelos conhecimentos voltados à área privada, em detrimento dos conteúdos abordados nas componentes curriculares voltados à área do setor público. Dessa forma, é relevante identificar o porquê dessa preterição.

1.2. PROBLEMA DA PESQUISA

Partindo do pressuposto de que as disciplinas voltadas para o setor público nos cursos de ciências contábeis são importantes para a formação profissional do contador público, uma vez que este profissional precisa entender as particularidades e as exigências desse ambiente. O setor público possui características distintas em relação ao setor privado, principalmente no que tange à legislação, à gestão financeira, à transparência e à prestação de contas.

Entre as principais disciplinas que compõem a área aplicada ao setor público, tem-se: contabilidade aplicada ao setor público, auditoria pública, gestão fiscal e orçamentária, Legislação e Normas do Setor Público, Responsabilidade Social e Ética, e Controle Interno e Gestão de Riscos. O quadro a seguir apresenta um breve comentário sobre cada uma dessas disciplinas.

Quadro 1 - Disciplinas mais comuns na área do Setor Público nos cursos de contabilidade

Disciplina	Comentário
Contabilidade Pública	Essa disciplina trata dos princípios e normas que regem a contabilidade no setor público. Os alunos aprendem sobre a elaboração e a análise de

	demonstrações contábeis específicas, como o Balanço Geral, e a importância da responsabilidade fiscal
Auditoria Pública	A auditoria no setor público é essencial para garantir a transparência e o controle das contas públicas. Os alunos são apresentados aos métodos e técnicas de auditoria que têm por objetivo avaliar a legalidade, legitimidade e economicidade na aplicação dos recursos públicos
Gestão Fiscal e Orçamentária	Esta disciplina aborda o planejamento e a execução do orçamento público, além da análise das leis que regulam a gestão fiscal. É crucial que o profissional compreenda a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e tenha noções sobre elaboração de orçamentos, execução e controle orçamentário
Legislação e Normas do Setor Público	Conhecer a legislação específica, como a Lei de Licitações e Contratos, é fundamental para a atuação do contador no setor público. Isso inclui a interpretação e aplicação das normas estabelecidas para garantir a legalidade das ações governamentais
Responsabilidade Social e Ética	As disciplinas podem abordar a importância da ética na contabilidade pública, considerando a responsabilidade que o contador tem em relação à sociedade. A transparência e a prestação de contas são aspectos que formam a base da confiança pública nas instituições governamentais
Controle Interno e Gestão de Riscos	Estas disciplinas ensinam aos alunos sobre a importância de um sistema de controle interno eficaz no setor público, visando a prevenção de fraudes e a boa gestão dos recursos públicos

Fonte: Pesquisa bibliográfica, 2024

Essas disciplinas proporcionam aos estudantes uma formação sólida e multidisciplinar, preparando-os para enfrentar os desafios da contabilidade no setor público e contribuindo para a promoção da boa governança e da transparência na gestão pública. A formação nesse campo é fundamental para formar profissionais capazes de atuar com ética e responsabilidade em órgãos governamentais e instituições públicas, essenciais para o bom funcionamento da democracia e a eficiência na administração pública

Todavia, nota-se uma certa preferência, ao decorrer da graduação, dos discentes do curso de ciências contábeis na Universidade Federal de Alagoas, nos conteúdos curriculares que envolvem a contabilidade privada. Logo, este estudo visa responder a seguinte pergunta:

Quais são as motivações e dificuldades enfrentadas pelos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas em relação às disciplinas da área pública e qual a sua percepção sobre esta área?

1.3. OBJETIVOS DA PESQUISA

Neste tópico, serão apresentados os objetivos gerais e específicos que englobam este estudo.

1.3.1. Objetivo Geral

Este estudo tem como objetivo geral investigar as motivações e dificuldades enfrentadas pelos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas em relação às disciplinas voltadas à área pública e qual a sua percepção sobre esta área.

1.3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos que transpõem este estudo são:

- a) Abordar como é distribuído os conteúdos curriculares nos cursos de contabilidade na Universidade Federal de Alagoas;
- b) Investigar qual o interesse dos estudantes pelas disciplinas da área pública;
- c) Levantar o que desmotiva os estudantes no ensino dos conteúdos curriculares da área pública;

1.4. JUSTIFICATIVA

O presente estudo justifica-se pela necessidade de analisar, investigar e evidenciar as motivações e dificuldades enfrentadas pelos estudantes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas em relação às disciplinas voltadas à área pública assim como investigar a percepção dos discentes sobre esta área.

Escolheu-se fazer o estudo na Universidade Federal da Alagoas, por ser uma Universidade Pública, gratuita e de qualidade certificada pelo Ministério da Educação (MEC). A Ufal manteve o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) com conceito 4 pelo terceiro ano consecutivo. E além de estar na faixa 4, o resultado revelou que a nota teve uma ascensão. (UFAL, 2024). Vale ressaltar que, na última edição do Enade 2022, o curso de ciências contábeis do campus A.C. Simões obteve a nota 4. (JANOTICIA, 2024)

O curso de Ciências Contábeis da UFAL proporciona uma formação voltada para preparar profissionais com habilidades técnicas e analíticas essenciais para o exercício da contabilidade e áreas relacionadas. Com uma grade curricular abrangente, o curso inclui disciplinas que tratam de contabilidade financeira, contabilidade gerencial, auditoria, legislação tributária e controle interno, entre outras.

Os alunos têm a oportunidade de desenvolver competências em análise de dados, interpretação de informações financeiras e aplicação de normas contábeis, fundamentais para a tomada de decisões em organizações. Além disso, o curso promove a formação ética e crítica, capacitando os futuros contabilistas a atuar com responsabilidade e integridade.

Em resumo, o curso de Ciências Contábeis da UFAL oferece uma formação sólida e abrangente, preparando os alunos para os desafios do mercado de trabalho e contribuindo para a formação de profissionais competentes e éticos

Apesar da contabilidade no setor público, gerir informações orçamentárias, econômicas e financeiras para a melhor tomada de decisão dos gestores das entidades públicas em prol da população, em uma visão genérica e superficial, foi visto, ao cursar os conteúdos, que aparentemente os alunos do curso de contabilidade: não buscam aprofundar-se nos conteúdos curriculares que englobam o setor público, pouco se instiga para assistências às aulas, não debatem sobre a importância de estudar a contabilidade governamental e cursam as matérias dessa área com pouco arroubo, visando tão somente cumprir a carga horária.

Todavia, nota-se uma certa preferência, ao decorrer da graduação, dos discentes do curso de ciências contábeis na Universidade Federal de Alagoas, nos conteúdos curriculares que envolvem a contabilidade privada. Por conta disso, essa preferência afeta também na escolha dos temas em projetos de pesquisa, em ações de extensão, no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), e até mesmo nos estágios extracurriculares, além de conceber uma possível deficiência na aprendizagem dos conteúdos pertinentes a contabilidade governamental.

Portanto, este trabalho visa contribuir com um estudo, a partir da visão dos discentes do curso de ciências contábeis de uma universidade do nordeste, sobre as motivações e dificuldades no estudo da área pública.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está organizado em cinco capítulos, onde o primeiro capítulo aborda a introdução do trabalho, o problema, objetivos e justificativa do estudo. O segundo capítulo, apresenta o referencial teórico contextualizando sobre o surgimento e avanço da contabilidade no Brasil, conceitos e definições da contabilidade pública, surgimento das Universidades Federais e do Curso de Contabilidade no Brasil; e, os Planos Pedagógicos do Curso de Contabilidade. No terceiro capítulo, tem-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento do trabalho. O quarto capítulo, é demonstrada a análise dos dados e discussões da pesquisa realizada sobre as motivações e dificuldades dos discentes referente ao estudo da Contabilidade Pública. Por último, no quinto capítulo, consta a conclusão do estudo, limitações e sugestão para futuros estudos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo proposto para a revisão de literatura é, de maneira geral, versar sobre o arcabouço conceitual referente a temática abordada, dessa maneira, visa contribuir para o entendimento do leitor através da história e avanços da contabilidade pública no Brasil, contextualizando assuntos consolidados e indicando o panorama atual dos temas abordados em questão.

2.1 BREVE HISTÓRICO E AVANÇOS DA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NO BRASIL

Para compreender as principais características e conteúdo da contabilidade aplicada ao setor público, é importante ter conhecimento do surgimento da contabilidade pública e seus avanços no Brasil.

Em meados do século XVIII, momento em que o Brasil ainda era colônia de Portugal, a contabilidade em geral possuía poucos lastros. Entretanto, quando a Família Real Portuguesa decide migrar para o Brasil, a contabilidade pública começa a ganhar seus primeiros traços com D. Pedro I, Príncipe Regente, assinando um alvará que criou o Erário Régio e o Conselho da Fazenda, buscando administrar, arrecadar e distribuir os recursos públicos. (Silva, Schmidt e Martins, 2024)

A partir disso, diversos outros avanços e marcos importantes ocorreram para a consolidação da contabilidade pública no país, vide quadro 2:

Quadro 2 - Eventos marcantes da Contabilidade Pública Brasileira

ANO	EVENTO HISTÓRICO
1824	Constituição Brasileira, em seus artigos 170 e 172 destaca Receitas e Despesas da Fazenda Nacional e um Balanço Geral com orçamentos futuros;
1890	Criação do Tribunal de Contas para acompanhamento e fiscalização das contas públicas no Brasil;
1922	Decreto Legislativo 4.536/1922 foi editado visando à criação do Código de Contabilidade União, para fiscalizar o Tribunal de Contas
1946	Criação do Conselho Federal de Contabilidade
1964	Lei 4320, estatuinto as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da Administração Pública,
1986	Criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN)
Anos 90	Processo de reordenamento das finanças públicas

2000	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), buscando regulamentar a gestão fiscal e alinhar-se com os padrões internacionais
2005	A criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)
2008-2010	Adoção as Normas Internacionais de Contabilidade mais conhecidas como <i>International Financial Reporting Standard (IFRS)</i> , e se tornou membro do <i>International Accounting Standards Board (IASB)</i> , com a transição concluída em 2010.

Fonte: Elaboração do autor com dados na Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI, v. 4, n. 1, p. 53-

68

Portanto, o ramo da Contabilidade Pública passou por diversos avanços que contribuíram para organizar e levar a informação de maneira fidedigna para os usuários dela.

2.2 CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

A Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Contabilidade Pública, Contabilidade Governamental, essas são algumas das nomenclaturas usadas para intitular o estudo das contas de um órgão público. Mas afinal, o que é a contabilidade Pública? Para Carvalho (2007, p. 152) a contabilidade pública “É um ramo da contabilidade que estuda, orienta, controla e registra os atos e fatos da administração pública, demonstrando seu patrimônio e suas variações, bem como acompanha e demonstra a execução do orçamento”.

Também, de acordo com Haddad (2010):

A Contabilidade Pública é o ramo da Ciência Contábil que aplica na Administração Pública as técnicas de registro dos atos e fatos administrativos, apurando resultados e elaborando relatórios periódicos, levando em conta as normas de Direito Financeiro (Lei n. 4.320/64), os princípios gerais de finanças públicas e os princípios de contabilidade.

Ademais, O artigo 85 da Lei nº 4320/64, expõe que os serviços de contabilidade serão:

[...] organizados de forma a permitirem o acompanhamento da execução orçamentária, o conhecimento da composição patrimonial, a determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros.

Logo, subentende-se que a contabilidade governamental aplica os princípios e normas contábeis dentro da Administração pública, direta ou indireta, como União, Estado, Municípios, Autarquias, Ministérios e Secretárias etc. Com isso, fornece informações tempestivas, coerentes e fidedignas para os gestores públicos e para sociedade, a fim de fortalecer o controle e bem-estar social.

2.2.1 Objeto, objetivo e campo de atuação da contabilidade pública

Assim como a contabilidade privada, a contabilidade aplicada ao setor público possui um objeto e seu campo de atuação. O objeto da contabilidade pública é o Patrimônio Público.

O campo de atuação, como outrora mencionado, são as pessoas jurídicas de direito público, sendo elas a União, Estados, Distrito Federal, e Municípios, consoante o art. 83 da Lei 4320/64: “A contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.”

Ainda sobre o campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público abrange todas as entidades do setor público. Estas entidades abrangidas devem observar as normas e as técnicas próprias da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, considerando-se o seguinte escopo: (a) integralmente, as entidades governamentais, os serviços sociais e os conselhos profissionais; (b) parcialmente, as demais entidades do setor público, para garantir procedimentos suficientes de prestação de contas e instrumentalização do controle social.

Já quanto ao objetivo da contabilidade aplicada no setor público, tem-se que é fornecer aos usuários informações sobre os resultados obtidos e os aspectos orçamentários, econômicos, financeiros e físicos do patrimônio da unidade do setor público e seus desenvolvimentos, em apoio ao processo de tomada de decisão; responsabilidade adequada; e o apoio necessário à instrumentalização do controle social. (Castro, 2018)

2.2.2 Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) visa auxiliar na elaboração e execução do orçamento público, possibilitando assim a análise das demonstrações contábeis de acordo com os padrões internacionais. Em consequência disto, a contabilidade aplicada ao setor público atende ao seu principal objetivo: fornecer informações e prestar serviços aos seus usuários.

O MCASP foi elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e teve sua primeira edição aprovada em 2008, com vigor em 2009. Sua mais recente edição é a 10ª, com elaboração em 2023 e vigor para 2024.

Segundo Piscitelli (2010, p. 289), “O Plano de Contas é o conjunto de títulos, previamente definidos, representativos de um estado patrimonial e de suas variações, organizados e codificados com o objetivo de sistematizar e uniformizar o registro contábil dos atos e fatos de uma gestão...”

Dado a importância de um plano de contas único para todos os entes da Federação, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com a colaboração do Grupo Técnico de Procedimentos Contábeis (GTCON), estabeleceu o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, conhecido como PCASP. O PCASP tem como seu principal objetivo atender aos padrões internacionais da Contabilidade do Setor Público e padronizar e consolidar as Contas Públicas Nacionais, concordante com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público se estrutura nas naturezas patrimonial, orçamentária e de controle, com 9 dígitos, 7 níveis e 8 níveis de classe, com a natureza de informação patrimonial nas contas de classe de 1 a 4, orçamentárias compondo as classes 5 e 6 e, por fim, as classes 7 e 8 subentendem-se pelas informações de controle.

De forma sequencial, após coletar e organizar as informações de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), segundo a Lei 4320/64, art. 101: “Os resultados gerais do exercício serão demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial, na Demonstração das Variações Patrimoniais”.

2.3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Para entender os conceitos, aplicações e relações da contabilidade aplicada ao setor público, faz-se necessário inteirar-se, sob uma ótica compendiosa, sobre o ambiente da administração pública. A administração pública é o conjunto de órgãos utilizados pelo poder político para atingir os devidos fins (Silva, 2004).

Para Castro (2018) a administração pública:

“Em sentido objetivo, administração pública significa, a atividade concreta do Estado dirigida à consecução das necessidades coletivas de modo direto e imediato. Em outras palavras, o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral - a própria atividade administrativa.”

Logo, o Estado, a Sociedade e o Governo, são os três pilares na administração pública que precisam agir em harmonia para o funcionamento dessa administração.

Meirelles (1996) comentar que administrar: “é assegurar a aplicação diária das leis, zelar pelas relações dos cidadãos com a administração central ou local e das diversas administrações entre si[...]”.

É válido ressaltar, também, que o artigo 37 da Constituição Federal de 88 deixa explícito quais os princípios o administrador público precisa obedecer, como segue: “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”

2.3.1 Estrutura da Administração Pública

A administração pública no Brasil divide-se em duas categorias; a direta e indireta. A administração direta consiste nos entes da federação como União, estados e municípios, e esses órgãos ficam subordinados ao chefe do poder ao qual pertencem. Um bom exemplo seria a Presidência da República a nível federal, a Assembleia Legislativa, a nível estadual, e a Câmara de Vereadores, a nível municipal.

Já a administração indireta é o conjunto de órgãos vinculados a administração direta que prestam serviços ao poder público, com o objetivo de dar maior eficiência à gestão governamental. Esta estrutura é composta pelas Autarquias, Fundações Públicas, Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

O decreto lei 200, de 25 de fevereiro de 1967, fortaleceu a descentralização administrativa, a partir da diferenciação entre as denominadas Administração Direta, englobando a prestação de serviços vinculados à presidência da República e aos Ministérios, e indireta, relacionada à prestação de serviços realizados por outras entidades de natureza jurídica própria, conforme seu artigo 5º. Eis, no quadro 3, as principais tipologias da Administração Indireta:

Quadro 3 - Tipos de Administração Indireta

Tipo	Definição
Autarquias	serviços autônomos, criados por lei, dotados de personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para a execução de atividades típicas da Administração Pública que exijam, para seu melhor funcionamento, a gestão administrativa e financeira de forma descentralizada.
Fundações públicas	entidades de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criadas por lei para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, dotadas de autonomia administrativa, patrimônio próprio, geridas por respectivos órgãos de direção, sendo custeadas por recursos da União e de outras fontes
Empresas públicas	entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criadas por lei para a exploração de atividade econômica que o governo seja levado a exercer por alguma contingência de conveniência administrativa.
Sociedades de economia mista	dotadas de personalidade jurídica de direito privado, criadas por lei com vistas à exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União ou entidade da Administração Indireta.

Fonte: Junquilho, 2024.

Em suma, esses tipos de administração indireta permitem uma gestão mais flexível e eficiente de serviços e atividades públicas, ao mesmo tempo que possibilitam a especialização na execução de determinadas funções. Cada uma delas tem características específicas, regulamentações e finalidades que atendem a diferentes demandas do Estado e da sociedade.

2.3.2. Surgimento das Universidades Federais e do Curso de Contabilidade no Brasil

As Universidades Federais no Brasil se enquadram na Administração Pública Indireta e são classificadas como autarquias especiais. Elas são entidades autônomas, criadas por lei, que possuem personalidade jurídica própria e são responsáveis pela gestão de atividades educacionais e de pesquisa.

As Universidades Federais têm como principal objetivo fornecer educação superior e realizar pesquisas, e utilizam recursos públicos para cumprir estas funções. Embora sejam autarquias, elas possuem um certo grau de autonomia administrativa e financeira, o que lhes permite estruturar seus próprios processos internos e planejar suas atividades acadêmicas e administrativas. Além disso, as Universidades Federais estão sujeitas a normas e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), bem como a legislação federal pertinente à educação superior no Brasil

Embora muitos cursos e faculdades de ensino superior tenham surgido há muito tempo, como a Faculdade de Direito de Olinda, ainda instruída pelo imperador Dom Pedro I em 1827, até mesmo cursos de comércio (os quais envolviam a parte contábil), a primeira Universidade Federal do Brasil surge no século XX, mais precisamente em 1920, com a Universidade do Rio de Janeiro, com a União da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e da Faculdade de Direito. (Teixeira, 2024)

Posteriormente, em 1931, é aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, que, nos primórdios, deveriam conter três dos seguintes cursos: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. (Souza, Miranda e Souza, 2019).

Ao decorrer dos anos, foi-se amadurecendo a ideia de um curso de contabilidade nas universidades federais, por isso que, em 1939 cria-se o curso de perito contador, em 1943 as Escolas Técnicas de Comércio, e finalmente, em 1945, é criado o Curso de Ensino Superior de Ciências Contábeis e Atuariais pela Faculdade da Universidade de São Paulo (USP). Em sua primeira edição, o curso possuía as seguintes disciplinas: Contabilidade Geral, Organização e Contabilidade Industrial e Agrícola, Organização e Contabilidade Bancária, Organização e Contabilidade de Seguros, Contabilidade Pública e Revisões e Perícia Contábil. (Amorim, Lourival. 2019).

2.4. PLANO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CONTABILIDADE SEGUNDO O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Para que as Instituições de Educação Superior (IES) estejam aptas a ofertar determinado curso, é necessário que elas observem as Diretrizes Curriculares Nacionais. Desse modo, o Ministério da Educação define que estas Instituições precisam seguir esses critérios e princípios para organizar, planejar, desenvolver e avaliar a graduação em Ciências Contábeis.

Concomitantemente, com intuito de saber as motivações e dificuldades que os discentes possuem frente às disciplinas da área pública, necessita-se saber quais as diretrizes que o Ministério da Educação profere, em seu Plano Pedagógico do Curso (PPC), sobre o Curso de Ciências Contábeis.

Para o Conselho Nacional de Educação (CNE), em sua Resolução CNE/CES 10, de dezembro de 2004, a Instituição de Ensino Superior, para elaborar seu Projeto Pedagógico, deve descrever os seguintes aspectos:

- I - Perfil profissional esperado para o formando, em termos de competências e habilidades;
- II - Componentes curriculares integrantes;
- III - Sistemas de avaliação do estudante e do curso;
- IV - Estágio curricular supervisionado;
- V - Atividades complementares;
- VI - Monografia, projeto de iniciação científica ou projeto de atividade – como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – como componente opcional da instituição;
- VII - regime acadêmico de oferta;
- VIII - outros aspectos que tornem consistente o referido Projeto.

A resolução também destaca a interligação entre a teoria e a prática, atividades didáticas, incentivo à pesquisa, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, estudos independentes, conteúdos optativos e prática em laboratório de informática, utilizando *softwares* atualizados para contabilidade. Todos esses quesitos se relacionam diretamente com o enfoque desta pesquisa, visto que, a maneira que a Instituição de Ensino adota e aplica as diretrizes supracitadas, reflete nas motivações e dificuldades que o discente terá diante das disciplinas da área pública.

Além disso, o artigo 5, em seu inciso III, normatiza os: “conteúdos de Formação Profissional: estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais, **governamentais e não-governamentais**, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, **com suas aplicações peculiares ao setor público e privado**”, evidenciando então que, a contabilidade pública está presente entre os conteúdos que revelam o conhecimento do cenário econômico nacional e internacional, e que está entre os campos interligados de formação.

2.5. DISCIPLINAS DA ÁREA PÚBLICA NO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Em relação às disciplinas da área pública, o Planejamento Pedagógico afirma que estas estão inseridas nos Conteúdos de Formação Profissional, que é composto pelas disciplinas que abrangem as áreas de conhecimento básico e específico, possibilitando a formação em Bacharel de Ciências Contábeis.

No Planejamento (ou Plano) Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas. Existem quatro planos, dois para o Campus A.C. Simões e dois para o Campus Sertão (Santana do Ipanema). São eles: o PPC de 2009 e o PPC de 2019, para os discentes do A.C. Simões; E o PPC de 2013 e o PPC de 2017, para os discentes do Campus Santana.

O Plano de Curso do A.C. Simões de 2009 e o de 2019, possuem algumas diferenças referente às disciplinas da área pública: No PPC 2009, as disciplinas da área pública, são divididas em Orçamento e Gestão Pública, Auditoria Pública e Contabilidade Governamental, e são cursadas no 5º, 7º e 8º período, respectivamente, para o diurno. E no noturno, no 6º, 7º e 8º período, respectivamente.

No Planejamento elaborado em 2019, também conhecido como “novo PPC”, tem-se as disciplinas de Auditoria e Controladoria Aplicada ao Setor Público, e as disciplinas que antes eram denominadas de “Orçamento e Gestão Pública” e “Contabilidade Governamental” tornam-se sucessivamente, Contabilidade Aplicada ao Setor Público I e Contabilidade Aplicada ao Setor Público II. Estas são ministradas no 6º, 7º e 8º período.

Partindo para o Campus Sertão, o PPC de 2013, possui as disciplinas: Contabilidade Pública, no 5º período, Auditoria Pública, no 7º período e Controladoria Pública, no 8º período. Já no PPC de 2017, os discentes cursam Orçamento Público no 4º período e no 5º contabilidade pública.

Apesar de nomenclaturas diferentes, os conteúdos vistos nas disciplinas se igualam. Na disciplina de Contabilidade Governamental, é estudado os conceitos, funções, regimes, fatos, fiscalização e controle interno e externo. Além dos instrumentos de planejamento citados anteriormente. Na disciplina de Orçamento Público, estuda-se conceito, princípios e técnica orçamentária. Estudo da receita pública e da despesa pública, bem como o patrimônio público e efeitos quantitativos e qualitativos. E por fim, na Auditoria Pública, o conceito e área de

atuação, perfil ético do auditor, avaliação de controles internos, técnicas básicas de auditoria e normas de auditoria.

2.6 ESTUDOS CORRELATOS

Estudos anteriores têm sido realizados a fim de investigar estudo que abrangem o ensino da Contabilidade no geral, o ensino da Contabilidade Pública, e a equiparação entre docente e discente, bem como as motivações e dificuldades deste último mencionado. Este tópico propõe-se em elencar algumas pesquisas na temática abordada. Diante disso, buscou-se realizar o levantamento bibliográfico de trabalhos recentes, no período compreendido de 2020 a 2023, para verificar novos métodos e discussões atuais, como segue:

Escrito por Leandro Marques, Mestre e Vânia Biavatti, Doutora, o artigo "Estratégias Aplicadas no Ensino da Contabilidade: Evidências dos Planos de Ensino de Uma Universidade Pública". Os autores projetaram identificar as principais estratégias de ensino que são aplicadas em uma Instituição de Ensino Superior Pública de Santa Catarina, no curso de Ciências Contábeis.

Foram analisados os planos de ensino do curso, o núcleo de conteúdo das disciplinas e o currículo *Lattes* dos docentes das disciplinas. Como resultado dos dados, notou-se que dentre os 614 planos de ensino, os planos da área pública dividem a última colocação da tabela junto com a área tributária. Ademais, percebeu-se que as estratégias mais usadas pelos docentes foram: exercícios, aulas expositivas, estudo de texto, seminário, e que o projetor multimídia e quadro são as principais ferramentas didáticas. E por fim, que as estratégias se divergem de acordo com a titulação do professor que ministra a disciplina.

O Trabalho de Conclusão de Curso de Lucas Restelli, realizado em 2013 na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, estuda a contribuição do ensino da contabilidade pública frente às necessidades deste mercado nas prefeituras do sudoeste do Paraná. Buscou-se, por meio de questionários, contadores que trabalham no setor público, as Instituições de Ensino que os respondentes cursaram, a área e tempo de atuação, as dificuldades encontradas no trabalho pelos contadores, etc.

Além disso, foram examinadas as ementas das disciplinas de contabilidade pública. Encontrou-se, portanto, que o ensino da contabilidade pública atendeu até certo ponto os objetivos do mercado de trabalho, com superioridade na parte teórica. Para isso, sugeriu-se uma abordagem voltada à parte prática da contabilidade pública na academia.

Oliveira, Thais Paiva de (2020), em sua dissertação para o mestrado em Ciências Contábeis pela Universidade Estado do Rio de Janeiro, investiga a visão dos discentes da universidade sobre a conexão entre a teoria e a prática no ensino das disciplinas da contabilidade pública.

A autora coletou a opinião dos discentes em relação a avaliação do curso, a abordagem entre teoria e prática no curso, as expectativas dos discentes nas disciplinas da área pública, planos profissionais, as estratégias de ensino adotadas pelos docentes, avaliação do ensino da disciplina etc.

Como resultado, atinou-se que os discentes reconhecem a importância do elo entre teoria-prática nas disciplinas da área pública. Além disso, que as disciplinas do âmbito público se voltem para o lado teórico, os discentes afirmam que é preciso que haja uma proximidade de práticas mercadológicas no setor público. Também: Que há uma certa desestimulação devido ao conteúdo repetitivo e maçante; Déficit em atividades de extensão, as quais poderiam ser mais significativas para aproximar a teoria e a prática.

3 METODOLOGIA CIENTÍFICA

Nesta seção, apresenta-se os procedimentos e métodos usados para atingir os objetivos deste estudo. Para maior entendimento, a seção foi dividida em subseções que descrevem as características metodológicas, os procedimentos de pesquisa e os procedimentos para coleta e análise de dados.

3.1. CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

No que diz respeito aos objetivos, esta pesquisa pode ser caracterizada como descritiva. Gil (2002, p.42) afirma que a cardinal razão da pesquisa descritiva é “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Visto isso, o principal objetivo deste trabalho é encontrar as principais características de motivações e dificuldades que o estudante de contabilidade tem frente às disciplinas da área pública e quais aspectos do ambiente educacional se relacionam com essas motivações e dificuldades.

Além disso, pode qualificar este trabalho, também, como uma pesquisa bibliográfica. Segundo Danton (2002, p.10) “É feita a partir de documentos (livros, livros virtuais, *cd-rom*, internet, revistas, jornais...)” constando no referencial teórico. Ademais, segundo Vergara (2016), esta pesquisa caracteriza-se também como uma pesquisa de campo, já que possui como alvo granjear as evidências e extrair a realidade no local onde ocorre ou ocorreram os fatos. Este estudo também é classificado como documental.

Atinente a abordagem, seu cunho é qualitativo. Conforme Richardson (2009, p. 90) “a pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como a tentativa de uma compreensão detalhada dos significados e características situacionais apresentadas pelos entrevistados (...)”.

3.2. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Foi visto, após consulta ao Plano Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis das duas unidades da UFAL (Campus A.C. Simões e Campus Sertão) que estão sendo estudadas nesta pesquisa, que as disciplinas que abordam a contabilidade pública, são trabalhadas na grade curricular a partir do 4º período. Diante de tal fato, a amostra desta pesquisa delimita-se apenas aos alunos matriculados do 4º ao 10º período, totalizando 317 alunos, e que já tenham cumprido, ao menos, uma disciplina relacionada à contabilidade pública.

3.3. COLETA DE DADOS

Para coleta dos dados primários deste trabalho foi elaborado um Questionário como instrumento de coleta de dados. Segundo Marconi e Lakatos (2010, p. 184) o Questionário é “constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. O questionário foi elaborado no formato eletrônico, pela plataforma *Google Forms*, com o total de 20 questões, dividido em 2 seções. As questões abordam temas, situações e conceitos que vão traçar quais são as motivações e dificuldades dos discentes, bem como os motivos para isso.

O questionário foi enviado para todo corpo estudantil apto a respondê-lo. Os meios de envio foram diversos, como por exemplo: Via *e-mail* pessoal, *e-mail* da coordenação, via mensagem de texto com o *link* pelo *WhatsApp* etc. O prazo para coletar as respostas foi no período de 4 meses e 10 dias, sendo aplicado de 14 de setembro de 2023 a 24 de janeiro de 2024. No total, houve um retorno de 67 respostas.

A primeira seção, com 5 questões, visou identificar o perfil dos respondentes, para poder mapear corretamente a pesquisa. Perguntou-se, portanto, aos alunos: o gênero, a faixa etária, a sua instituição de ensino, o atual período e qual o plano pedagógico vinculado.

Em seguida, a seção 2 teve o objetivo de investigar a percepção dos respondentes quanto às motivações e dificuldades frente às disciplinas da área pública. As duas primeiras questões medem o nível, de 0 a 10, de entendimento nas matérias de contabilidade pública e o nível de preferência que o discente tem em relação a estas matérias, respectivamente.

Doravante, é perguntado sobre a pretensão no mercado de trabalho relacionado ao estudo da contabilidade pública. Os alunos são perguntados se sentem interesse em ingressar na contabilidade pública após formado, e o que o motivou a ter este interesse.

Na sequência, o questionário exemplificou possíveis motivações e dificuldades que o aluno enfrentou durante o estudo destas disciplinas. Foi investigado se cursar as matérias pertinentes a área pública, da metade para o final da matriz do curso, interferiu, seja negativamente ou positivamente, no seu apreço pela área, a frequência de aulas laboratoriais e a depender desta frequência, quais os principais empecilhos para a baixa frequência ou não realização dessas aulas.

Logo em seguida, o questionário faz a relação entre aprendizado e estágio. Logo, as perguntas que envolviam este tema foram respondidas apenas por aqueles alunos que já estagiaram na área pública. Buscou-se entender, na primeira pergunta desta seção, se o discente

conseguiu exercer eximamente suas funções no estágio após cursar as disciplinas da área pública, e na segunda, o contrário, se estagiar na área pública antes de cursar estas disciplinas os ajudaram na desenvoltura e eficiência nas disciplinas. Esse levantamento é relevante para entender a relação entre teoria e prática.

As últimas perguntas do questionário buscam entender qual a forma de aprendizado preferida pelos discentes. Pergunta-se então se a carga horária ofertada pelo curso de contabilidade para as matérias da área pública é suficiente.

Logo em seguida, o discente responde qual a melhor forma de avaliação para ajudar no aprendizado das disciplinas: Elaboração de trabalhos simulando situações, funções, relatórios etc., que acontecem na contabilidade, ou, questionário com perguntas e respostas sobre o conteúdo programático.

Buscou-se, na 18ª pergunta, assinalando o nível de 1 a 5, sendo 1 “péssimo” e 5 “ótimos”, para identificar o grau de satisfação dos discente quanto a didática utilizada dos docentes que lecionam as matérias de Orçamento e Gestão Pública, Auditoria Pública e Contabilidade Governamental.

A próxima pergunta indagou se o respondente, ao cursar as disciplinas da área pública no seu turno de origem, percebeu a interligação entre as disciplinas, ou seja, uma disciplina complementando a outra.

E por fim, a última pergunta, apresenta os conteúdos programáticos presentes no Edital do Exame de Suficiência. Com isso, o discente identificou quais dos conteúdos foram abordados ao decorrer das aulas de contabilidade pública. Esta pergunta visa explorar se o plano pedagógico prepara o aluno para obter um bom desempenho nas questões de contabilidade pública, na prova do Exame de Suficiência.

Verificou-se ao longo do prazo da coleta de dados, certa dificuldade para que os discentes pudessem responder ao questionário.

4. ANÁLISE DOS DADOS E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Nessa seção, serão apresentados os dados relativos as respostas obtidas com a aplicação do questionário, de forma a verificar a opinião individual e coletiva, a fim de que os resultados adquiridos permitam que sejam confirmadas ou negadas as motivações e dificuldades que os alunos do curso de ciências contábeis têm frente às disciplinas da área pública.

Tal análise foi feita baseada no protocolo de Badin (2016), que diz que ao interpretar um conteúdo, deve-se explorar o material, os dados, categorizá-los e assim tratar os resultados, inferência e interpretação. Conseqüentemente têm-se os padrões e tendências da problemática.

Em alguns casos, para correlacionar os resultados, não será seguida na análise dos resultados a mesma ordem estabelecida no questionário das perguntas.

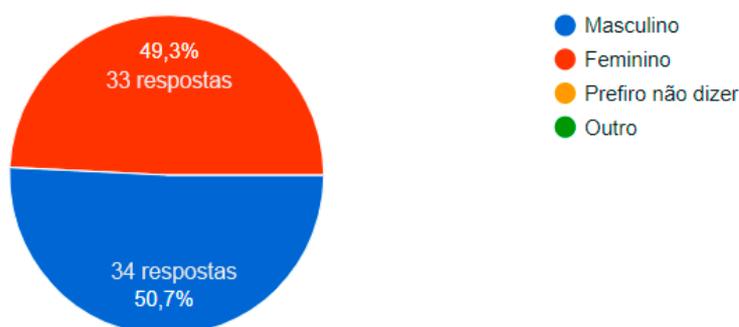
4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

Nesta parte do trabalho serão explanados resultados referentes às primeiras perguntas do questionário, que teve como objetivo classificar o perfil dos discentes: sexo, faixa etária, a instituição de ensino, atual período no momento do preenchimento e qual plano pedagógico do curso (PPC)

4.1.1. Gênero dos Respondentes

No tocante ao sexo, constatou-se que, dos 67 respondentes, 34 (50,7%) discentes são do sexo masculino, enquanto o sexo feminino representa 33 discentes. Com isso, têm-se um equilíbrio entre masculino e feminino, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Gênero dos respondentes

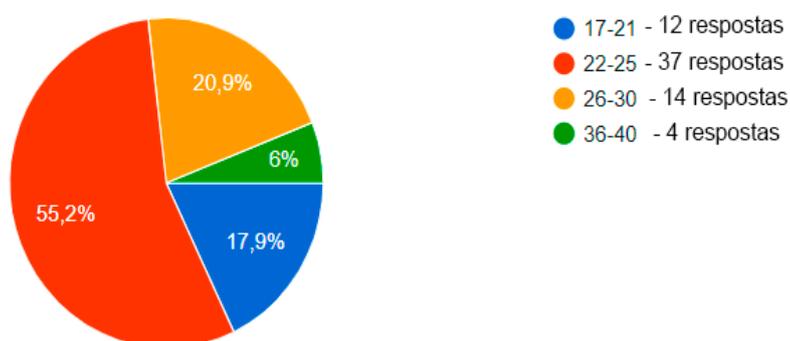


Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

4.1.2. Faixa Etária

Para a faixa etária, dividiu-se as idades em 4 grupos, sendo eles: 17 a 21 anos; 22 a 25 anos, 26 a 30 anos e 36 a 40 anos. A justificativa para a divisão desses grupos é que, para a análise dos dados, de acordo com a idade dos participantes, eles podem possuir rotinas e obrigações diferentes, conseqüentemente, isso pode vir afetar a óptica acerca das situações mencionadas na pesquisa.

Gráfico 2 - Faixa etária dos respondentes.



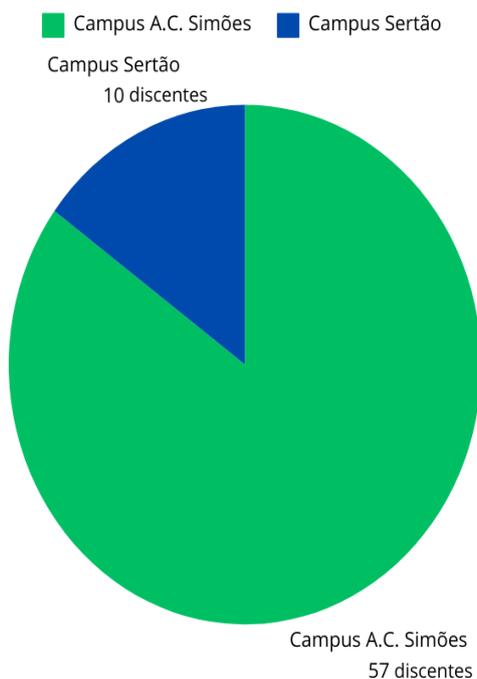
Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Cerca de 55,2% dos discentes, totalizando 37 respondentes, fazem parte do segundo grupo, de idade entre 22 e 25 anos, logo em seguida. 14 discentes possuem entre 26 e 30 anos. Dos 16 restantes, 12 têm idades entre 17 e 21 anos e somente 4 estão na faixa etária de 36 a 40 anos. Percebe-se, por esses resultados, que os estudantes do curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões e Campus Sertão, são predominantemente jovens.

4.1.3. Instituição de Ensino

Na Universidade Federal de Alagoas, o curso de contabilidade é ofertado em dois Campus: O Campus A.C. Simões e o Campus Sertão (Santana do Ipanema). Após resultados, 57 discentes frequentam o Campus A.C. Simões, e apenas 14,9% (10) alunos que responderam ao questionário, estão matriculados no Campus Sertão (Santana do Ipanema). (Vide gráfico 3)

Gráfico 3 – Mapeamento dos respondentes por Campus da UFAL



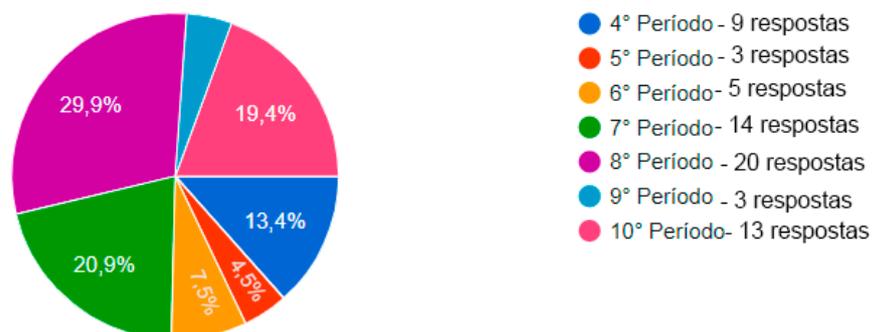
Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

4.1.4. Período do discente

Em relação ao período que o discente cursava durante a pesquisa, é sabido que, de acordo com os planos pedagógicos do curso, seja no Campus A.C. Simões ou no Campus Sertão (Santana do Ipanema), os discentes começam a ter contato com as matérias relativas à Contabilidade Pública, a partir do 4º período.

O gráfico 4 ilustra que, dos estudantes do Campus Sertão, que totalizaram 10 respondentes, 9, no momento da pesquisa, cursavam o 4º período, e são responsáveis pelos 13,4% apresentados no gráfico acima. De acordo com esse resultado, ao consultar o plano pedagógico, é visto que neste momento do curso, os discentes tiveram contato apenas com uma matéria da área pública, (Orçamento público). Conseqüentemente, o primeiro contato do estudante com a contabilidade pública alinhado ao fato de estarem ainda se adaptando à faculdade, pode interferir nas respostas a seguir, referente às motivações e dificuldades frente às disciplinas da área pública.

Gráfico 4 – Mapeamento dos respondentes por período



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Considerando que, o curso de ciências contábeis da UFAL tem entre oito (caso seja turno matutino) e dez períodos (turno noturno) no PPC de 2009, pode-se dizer que, a partir do 7º período, os discentes já estão se aproximando do fim de sua jornada acadêmica. Visto isso, os resultados apontaram que quase 75% estão matriculados entre o sétimo e o décimo período. Todos esses alunos pertencem ao Campus A.C. Simões, e à vista disso, estes discentes já possuíram contato com uma ou mais disciplinas da área pública, fato este que irá imiscuir nos resultados a seguir.

4.1.5 Plano Pedagógico do Curso (PPC)

Para melhor análise, o resultado destas perguntas será dividido entre os Planos Pedagógicos dos Campus A.C. Simões e Sertão.

No Campus A.C. Simões, 46 discentes fazem parte do denominado “PPC antigo”, elaborado em 2009, e 10 pertencem ao “PPC novo”, discriminado em 2019. Visto que dos 67 entrevistados, 57 pertencem a este Campus, pode-se dizer então que, cerca de 80% dessa amostra, cursam a faculdade seguindo a grade curricular exposta no Plano de Curso de 2009, e 19,10% dos 57, obedecem ao Plano de Curso de 2019.

No Campus Sertão (Santana do Ipanema), nove alunos entrevistados estão inseridos no Projeto Pedagógico de 2017, o mais recente, e apenas um, inserido no Projeto de Curso de 2013.

Dentro do próximo subtópico, será visto uma correlação e cruzamento entre os resultados referente ao período do discente, o plano de curso escolhido, e o detalhamento do

Planejamento Pedagógico ofertado pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade.

4.2 PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES QUANTO ÀS MOTIVAÇÕES E DIFICULDADES FRENTE ÀS DISCIPLINAS DA ÁREA PÚBLICA

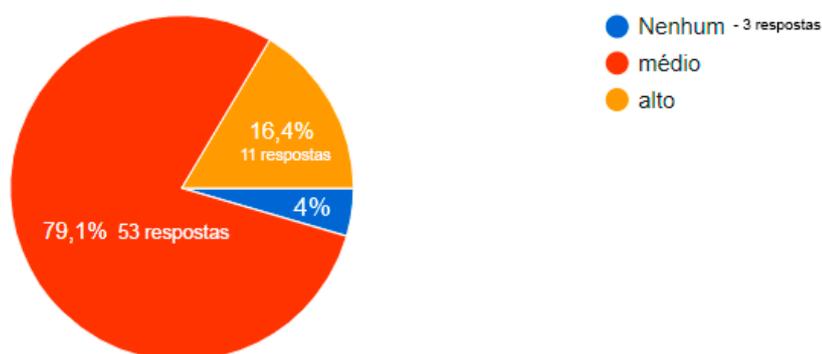
Nesta seção, serão interpretadas as respostas dos discentes sobre as dificuldades, as motivações, situações ocorridas no cotidiano, e preferências ao estudar as disciplinas que compõem o tronco da área pública.

4.2.1. Dificuldade no entendimento e a preferências das disciplinas da área pública

A primeira pergunta da segunda seção do questionário visa saber, qual foi o nível de dificuldade de entendimento dos discentes ao cursar as disciplinas da área pública, e atrelado a estas respostas, qual o nível de favoritismo entre as disciplinas.

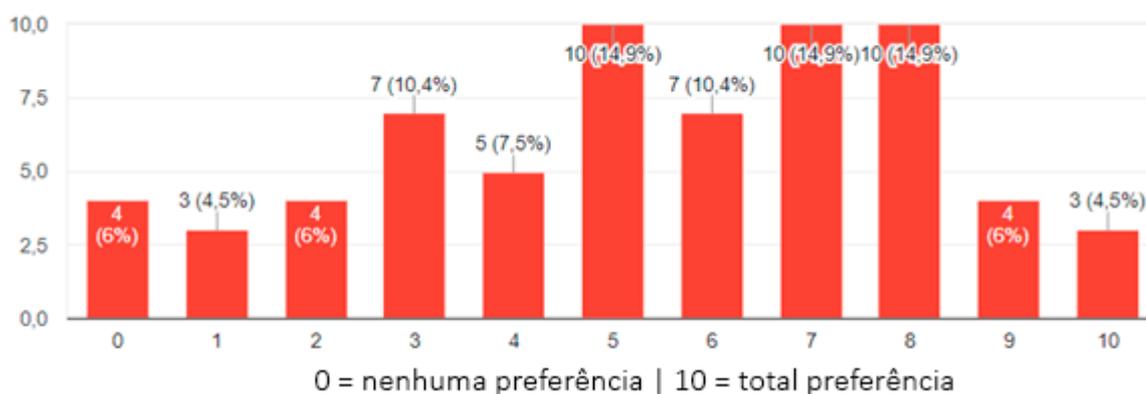
O gráfico 5 apresenta os resultados pertinentes ao nível de dificuldade dos discentes quanto ao entendimento dos conteúdos abordados nos componentes curriculares da área pública, sendo possível verificar que 79,1 % (53) respondentes possuem dificuldade média, ocupando, portanto, a maior parte do resultado, em seguida tem-se 11 discentes que responderam que possuem dificuldade no nível alto em compreender o conteúdo, e apenas 4,5% (3) alunos - não tiveram nenhum tipo de dificuldade.

Gráfico 5 - A dificuldade dos discentes quanto ao entendimento das disciplinas da área pública.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Gráfico 6 - Nível de favoritismo dos discentes frente as disciplinas da área pública



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Ao cruzar os dados dos 11 alunos que marcaram a opção difícil, percebe-se que 10 deles já estão no fim do período, logo, já cursaram todas ou quase todas as matérias pertencentes à área pública. Isso implica dizer que, à medida que avançaram no curso, a dificuldade em absorver os conteúdos programáticos permaneceu, independente da matéria. Então, para estes, exclui-se a hipótese de que o primeiro contato com a área pública dificulta o entendimento, mas que, ao decorrer do curso essa dificuldade diminuiria.

Concomitantemente, 63% dos que responderam ter alto nível de dificuldade de entendimento, na questão do gráfico 5 referentes à preferência, votaram 6 ou abaixo de 6, demonstrando pouca preferência, dessa forma, fica claro que àqueles que não têm favoritismo com as matérias da área pública, costumam a ter dificuldade no entendimento.

Dos 79,1% respondentes apresentaram média dificuldade quanto ao entendimento dos conteúdos da área pública (gráfico 5). Ao cruzar com os dados do gráfico 6, pode-se afirmar que dentre esses 53 respondentes, cerca de 26 alunos (49,06%) fazem parte, também, da resposta considerada média (entre as opções 5 e 7), no gráfico 6, que demonstra o favoritismo para com as disciplinas da área pública. Em vista disso, os dados de ambos os gráficos se completam, pois, a partir do momento que os respondentes afirmam que as matérias da contabilidade pública não são nem as suas mais preferidas, nem as suas menos preferidas, mas sim uma neutralidade, quase 50% deles também tiveram uma dificuldade de entendimento moderada.

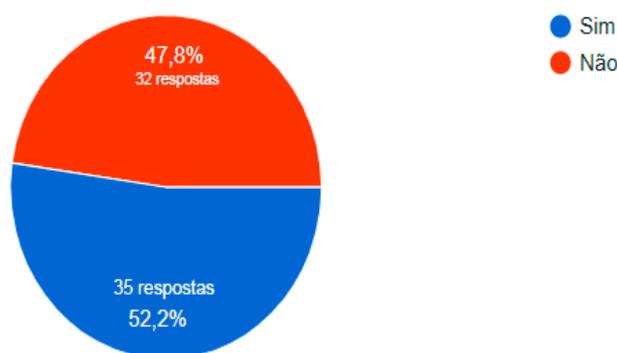
E, por fim, os 3 alunos que responderam que não tiveram nenhum tipo de dificuldade, também optaram pela opção 9 e 10, do nível de favoritismo da matéria, justificando assim a boa adaptação aos conteúdos estudados.

4.2.2. Ingresso no Mercado de Trabalho da Contabilidade Pública

Esta questão buscou conhecer o desejo dos discentes em, após o estudo das disciplinas da área pública, seguir, após formado, o ramo da contabilidade governamental. Após coleta dos dados, atingiu-se os seguintes resultados:

No que diz respeito ao desejo de seguir na área pública após término do curso, o gráfico 7, evidencia que, um pouco mais da metade (52,2%, 35) dos respondentes demonstraram interesse em ingressar nesta área do mercado de trabalho. Isto é um dado entusiasta, já que nas perguntas anteriores, é visto que grande parte do público da amostra não demonstrou muito adepto as disciplinas da área pública, tanto em relação à absorção do conteúdo quanto ao nível de favoritismo. Ou seja, mostra-se que há uma divergência entre a coerência das respostas dos discentes: Mesmo as matérias da contabilidade pública gerando índices negativos, 35 dos 67 respondentes sentiram vontade em ingressar neste mercado de trabalho. Mas como isso é possível?

Gráfico 7 – Desejo de seguir na área pública após término do curso.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

É por isso que foi elaborada uma segunda pergunta pertinente a este assunto, apenas para os que responderam SIM referente a vontade de ingressar na área pública após conclusão da faculdade:

Verificando o quadro 4, tem-se, então que dos 34 que responderam à pergunta anterior, 50% (17) demonstraram interesse devido ao fator da estabilidade financeira (boa remuneração) e empregatícia (sem demissão sem justa causa), 38,2% (13) responderam que queriam ingressar

no mundo da contabilidade pública devido aos conceitos, a função, e a importância, da contabilidade pública para sociedade, e 11,8% (4) realmente pegaram apreço pelos conteúdos estudados.

Quadro 4 Motivos que causaram o interesse dos discentes em ingressar no setor público.

Motivos	Frequência	%
O fator da estabilidade financeira e empregatícia me fez demonstrar interesse pela área	17	50
Os conceitos, a função e a importância da contabilidade pública para a sociedade me fizeram demonstrar interesse.	13	38,2
Peguei apreço pelos conteúdos estudados	4	11,8
Total	34	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Dos entrevistados, que simultaneamente responderam SIM para o ingresso no mercado de trabalho e que nas perguntas anteriores optou pela interação média com a disciplina, 75%, ou seja, 19 dos 25 discentes responderam que optariam seguir na contabilidade pública por conta da estabilidade financeira e empregatícia. Diante desse dado, a pergunta supracitada tem a seguinte resposta: O interesse dos que responderam contrário a uma ótima interação e favoritismo com as disciplinas de contabilidade pública diverge da escolha de seguir no ramo público, somente pelo interesse na estabilidade financeira e empregatícia.

À motivos de comparação, dos que tiveram uma grande dificuldade de entendimento nos conteúdos, apenas 2 demonstraram interesse em seguir este ramo. E aqueles que demonstraram grande apreço pela área, seguiram na área devido aos conceitos, a função, e a importância, da contabilidade pública para sociedade.

4.2.3. Relação Entre o Plano Pedagógico do Curso e a Opinião dos Discentes

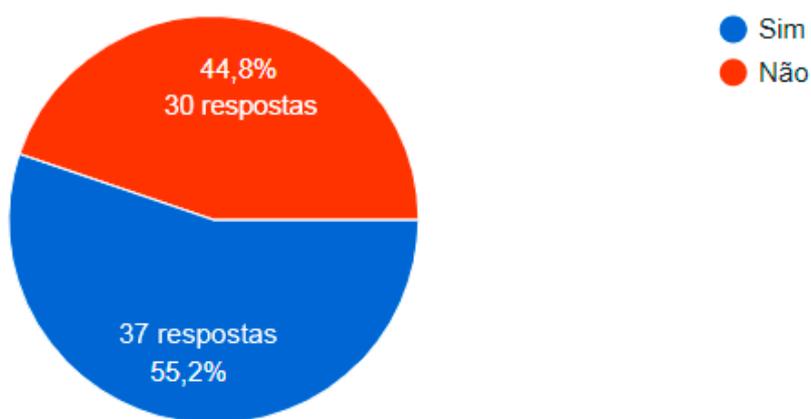
4.2.3.1. Matriz Curricular

O Plano de Curso de 2009 resguarda 68,7%, ou seja, 46 respondentes, esse fato se dá porque a implementação do novo PPC, o de 2019, custou cerca de 2 anos para ocorrer, e como 50 respondentes cursaram os períodos finais, consequentemente, eles estão inclusos no PPC de 2009.

Apesar de mudanças de nomenclatura, de exclusão e/ou adição de uma ou mais disciplinas, como é mostrado no subtópico 2.5. desta pesquisa, há um fato em comum em todos

os Projetos de Pedagógicos: Todas as disciplinas referentes à área pública, são cursadas pelos discentes da metade para o fim da jornada acadêmica. Por conta disso, uma das indagações do questionário foi saber se, cursar essas disciplinas de forma tardia interferiu na aprendizagem dos entrevistados. O gráfico a seguir exibem os resultados:

Gráfico 8 - Resultados da opinião dos discentes se a matriz curricular interferiu no aprendizado do aluno



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Observa-se então que há uma leve tendência para a interferência no aprendizado, e apreço afirmado por 37 discentes, ou seja, 55,2% traduzidos no gráfico 8. Perguntou-se então, ao entrevistado, primeiro o nível de dificuldade quanto ao entendimento das disciplinas e seu favoritismo pela área (ambos presentes no subtópico 4.2.2.), e depois sobre a interferência que causou ao cursar as disciplinas da metade para o final da matriz curricular, quer uma interferência negativa ou positiva.

Isso foi realizado para que não houvesse nenhuma influência nas respostas e para analisar uma possível relação entre a matriz curricular dos PPC's e a dificuldade no entendimento das disciplinas, por isso que a pergunta visa saber apenas se houve interferência, mas não qual tipo, justamente para interligar com as respostas anteriores dos discentes e saber por meio dos cruzamentos, se há interferência negativa ou positiva,

Para os 30 discentes (44,8%) já fica claro que não houve interferência alguma, seja positiva ou negativa. E para os que votaram em SIM, ao cruzar os dados das respostas dos entrevistados que escolheram o nível de dificuldade de entendimento entre médio e alto (64

discentes) e dos que, na escala de zero a dez para favoritismo as disciplinas da área pública, escolheram entre zero e seis, obtém-se que 73,44% destes não acham que as matérias do âmbito público serem cursadas perto do fim do curso interferiram em seu apreço e aprendizado.

4.2.3.2. Carga Horária e Quantidade de Disciplina

Os quadros 5 e 6 apresentam os componentes curriculares dos PCC's vigentes dos cursos de ciências contábeis dos Campus A.C. Simões e do Campus Sertão. Em relação a carga horária das matérias envolvendo a área pública, tem-se os quadros 5 a 8 quanto aos Projetos Pedagógicos do Curso de Ciências Contábeis nos Campus A.C Simões e Sertão:

Verifica-se que a carga horária das disciplinas nos PPC's de 2009 do Campus A.C. Simões e no de 2013 do Campus Sertão possuem a mesma carga horária. Já, quando se observa os novos PPCs, há mudanças tanto na carga horária quanto no quantitativo de disciplinas (quadro 6 e 8)

No campus A.C. Simões, o PPC de 2009 consta com o total de 240 horas a serem cumpridas, contando com as disciplinas de Orçamento e Gestão Pública, Auditoria Pública e Contabilidade Governamental. Já o PPC de 2019, possui menor carga horária (216 horas) e a modificação das disciplinas Orçamento e Gestão Pública e Contabilidade Governamental, tornando-se as disciplinas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público I e II. Além da disciplina Auditoria e Controladoria Aplicada ao Setor Público, conforme quadro 6.

No Campus Sertão o novo PPC, de 2017, reduz a carga horária total do PPC de 2013 de 240 para 108, transformando a grade curricular com apenas as disciplinas de Contabilidade Pública e Orçamento Público, vide tabela.

Quadro 5 - Carga horária das disciplinas públicas no A.C Simões, PPC 2009

Componente Curricular	Carga Horária
Orçamento e Gestão Pública	80
Auditoria Pública	80
Contabilidade Governamental	80
TOTAL	240

Fonte: Projeto Pedagógico Do Curso De Ciências Contábeis – Bacharelado, 2024

Quadro 6 -Carga horária das disciplinas públicas no A.C Simões, PPC 2019

Componente Curricular	Carga Horária
Contabilidade Aplicada ao Setor Público I	72
Contabilidade Aplicada ao Setor Público II	72
Auditoria e Controladoria Aplicada ao Setor Público	72
TOTAL	216

Fonte: Projeto Pedagógico Do Curso De Ciências Contábeis – Bacharelado

Quadro 7 - Carga horária das disciplinas públicas no Campus Sertão, PPC 2013

Componente Curricular	Carga Horária
Contabilidade Pública	80
Auditoria Pública	80
Controladoria Pública	80
TOTAL	240

Fonte: Projeto Pedagógico Do Curso De Ciências Contábeis - Bacharelado

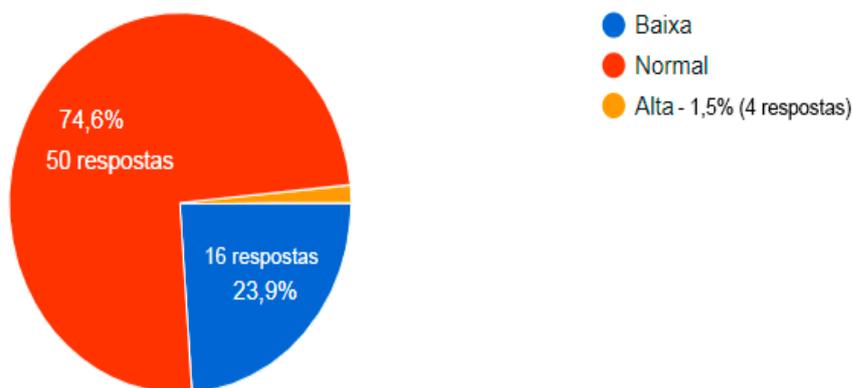
Quadro 8 - Carga horária das disciplinas públicas no Campus Sertão, PPC 2017

Componente Curricular	Carga Horária
Orçamento Público	54
Contabilidade Pública	54
TOTAL	108

Fonte: Projeto Pedagógico Do Curso De Ciências Contábeis – Bacharelado

Portanto, foi questionado aos entrevistados em relação a carga horária dos conteúdos curriculares. O gráfico abaixo traz os resultados.

Gráfico 9 - Percepção dos discentes em relação a carga horária



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

74,6%, que totalizam 50 respondentes, afirmam que a carga horária das disciplinas que englobam a contabilidade pública, é a ideal. Apenas 16 consideram que a carga horária é baixa, e somente 1 (uma) pessoa considera a carga horária alta. Pode-se considerar então, que para os respondentes a carga horária ofertada em todas as matrizes curriculares é a ideal para as disciplinas.

Concomitantemente, ao questionamento da carga horária, a ordem em que as disciplinas são apresentadas e estudadas pelos discentes são de importante observação, visto que quando uma sequência é respeitada, um assunto complementa o outro e facilita a interligação dos conteúdos. Então, os estudantes responderam, em totalidade, que houve uma interligação entre as disciplinas. 67 discentes escolheram a opção sim, e apenas um respondente assinalou que não.

Por essa pergunta ter um campo aberto, para informar a dificuldade da interligação, percebeu-se que o único aluno que escolheu a opção NÃO, não houve coerência. Ao ser contactado, ele informou que marcou a opção NÃO, por equívoco. Sendo assim, todos os discentes reconheceram a interligação entre as matérias durante os períodos.

4.2.4. Atividades Complementares

Os Planos Pedagógicos que abrangem os discentes dessa amostra, afirmam que os conteúdos de formação teórico-prática, são necessários para que haja prática em laboratório de informática, utilizando os *softwares* ideais. Visto isso, indagou-se a realização das aulas no

laboratório, a frequência em que ocorreram estas aulas e os principais empecilhos para as aulas, se for o caso, não ocorrência. Os gráficos indicam os seguintes resultados:

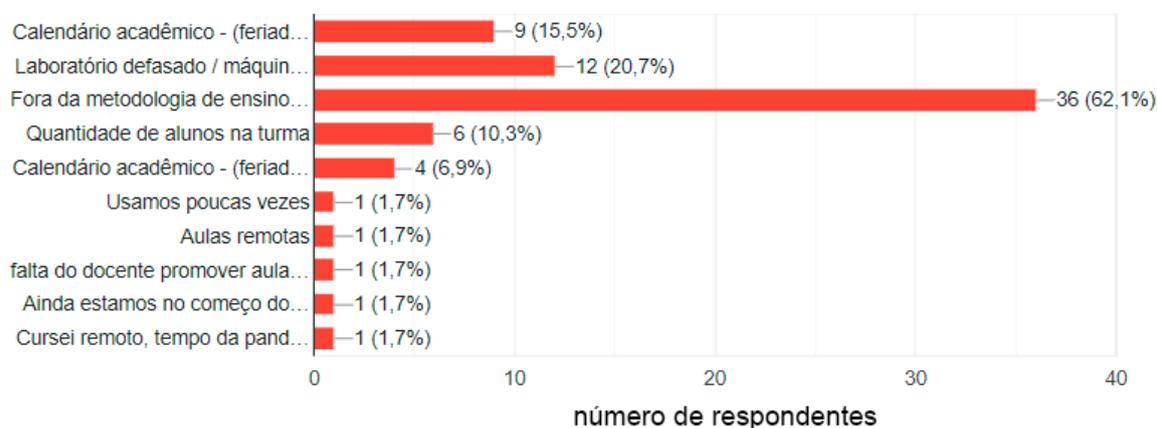
No gráfico 10, demonstra que apenas 8 alunos optaram entre o 4 e o 5, que corresponde a uma boa frequência das aulas laboratoriais, da escala de 0 a 5. Enquanto mais de 88% dos discentes votaram entre 1 e 3 na escala, que corresponde a uma baixa ou razoável frequência do uso do laboratório. Já o gráfico 11, traduz o principal empecilho para o não uso do laboratório, onde 36 respondentes (62,1%) comentarão que “está fora da metodologia de ensino do docente”. Deixando claro assim, que mesmo que o uso do laboratório seja uma das normas do plano de curso, os docentes não estão aplicando o método em suas ministrações de aula.

Gráfico 10 - Frequência de aulas no laboratório



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Gráfico 11 - Empecilhos para a baixa frequência das aulas laboratoriais.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

Além do mais, não fazer das aulas laboratoriais uma rotina dos docentes, refletem que estes se apegam às técnicas tradicionais, e, segundo Leal e Cornachione Jr. (2006), as técnicas

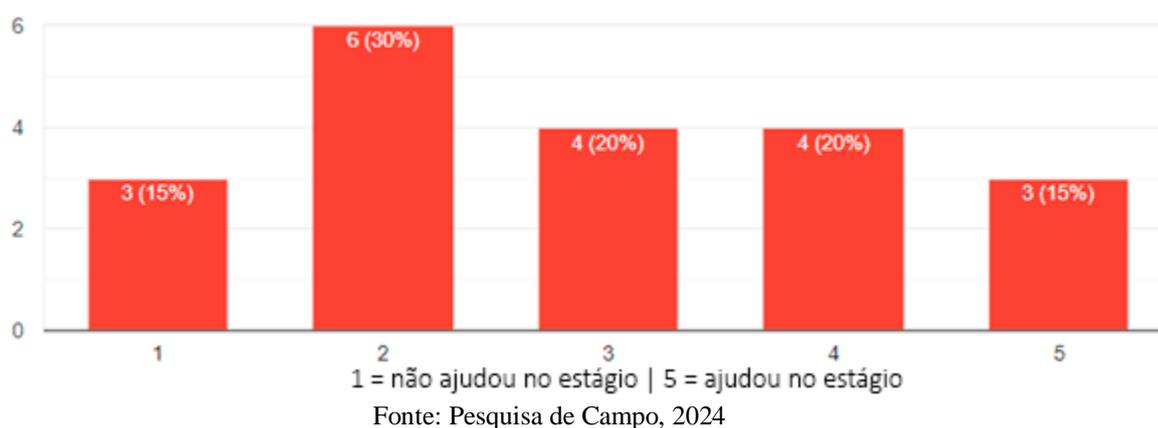
tradicionais condicionam o aluno a uma posição passiva no processo de ensino-aprendizagem, não despertando um espírito crítico e participativo.

4.2.5. Relação entre estágio e as disciplinas

Para a análise desta relação, foi necessário saber quantos, dos 67 discentes da amostra, já estagiaram na área pública. 20 confirmaram o estágio em alguma esfera governamental. Para correlacionar os fatos, o questionário visou saber duas situações: se o discente, após cursar uma ou mais disciplinas da área pública, ajudou na desenvoltura do estagiário, e o inverso, se ao estagiar na esfera pública ajudou o aluno a ter eficiência nas disciplinas estudadas.

Os resultados da primeira situação mostraram-se, de certa forma, equilibrados. Na escala de zero a cinco, 45% (nove alunos) votaram em 1 e 2, o que significa que as matérias estudadas anteriormente, não ajudaram no desenvolvimento do discente ao estagiar. Enquanto 35% afirmaram, perante a escolha do índice 4 e 5, que estudar antes foi pertinente para a desenvoltura no estágio. Os outros 20%, escolheram o índice 3, onde traduz certa neutralidade quanto ao assunto, conforme ser verifica n gráfico 12, a seguir:

Gráfico 12 - Relação entre disciplinas e estágio.



Na segunda situação, o gráfico13, mostra que o estágio teve uma grande colaboração para que os discentes tivessem eficiência no aprendizado das disciplinas. 9 dos 20 entrevistados, marcaram os índices 4 e 5. enquanto apenas 4 afirmam não terem sidos beneficiados nas disciplinas ao estagiarem.

Gráfico 13 - Relação entre estágio e disciplinas



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

4.2.6. Didática dos Docentes

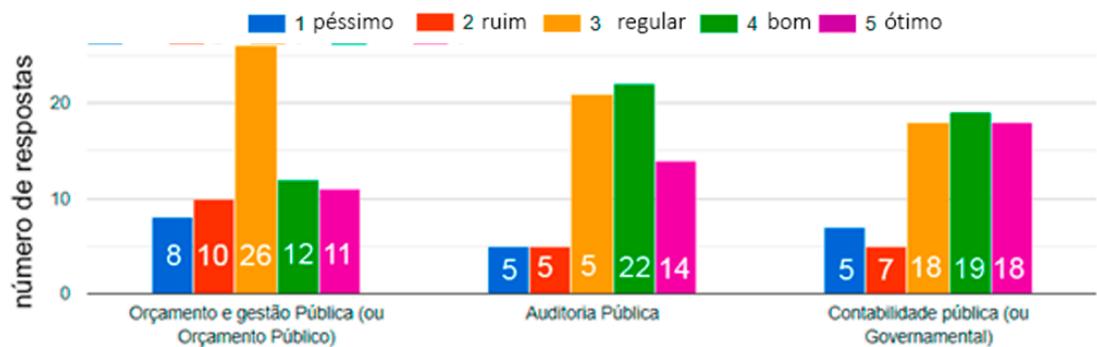
Investigou-se a percepção dos discentes quanto a didática dos docentes, ou seja, como os alunos enxergam a forma de interação e de lecionar os conteúdos das disciplinas que envolvem a contabilidade pública.

Palma e Queiroz (2006) comentam que a integração entre o currículo, os conteúdos, as disciplinas e as estratégias de ensino permitem ao professor dinamizar seu trabalho em sala de aula, além de facilitar o processo de ensino aprendizagem. Consequentemente, o docente precisa elaborar as melhores estratégias para tornar sua aula cada vez mais atrativa e eficaz.

Dito isso, os discentes responderam, na escala de zero a cinco, quanto a didática dos professores que lecionam as matérias voltadas à área pública, conforme exprime o gráfico 14 a seguir:

Em relação a disciplina Orçamento e Gestão Pública (ou Orçamento Público), 18 alunos optaram em marcar os índices 1 e 2, não aprovando a didática dos professores que lecionaram a matéria. 23 aprovaram a didática, marcando os índices 4 e 5. Em Auditoria Pública, nota-se que 85,07% julgam a didática dos docentes da matéria entre boa, ótima e excelente, já que 57 entrevistados optaram entre os índices 3,4 e 5. E por fim, há uma devida semelhança dos resultados da didática positiva do docente responsável por lecionar Contabilidade Pública com o de Auditoria Pública, isso ocorre pelo fato do mesmo docente lecionar as duas matérias. Por consequência, esse fato vai ao encontro com a afirmação de Masetto (2003) que para ser eficiente, deve-se ser flexível e adaptável, visto que um bom planejamento traz consigo com principal característica a flexibilidade.

Gráfico 14 - A didática dos professores segundo os discentes



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

O gráfico 15, busca saber qual a melhor forma de avaliação para que se possa aprender e desenvolver interesse pela contabilidade pública.

Ao desfiar os resultados, encontra-se uma preferência na elaboração de trabalhos e seminários que simulam as situações vividas dentro da contabilidade pública, como funções e relatórios. Então 62,7% da amostra prefere avaliações por meio da elaboração de trabalhos que simulem relatórios e com apresentação de seminário. Este método “permite ao aluno desenvolver sua capacidade de pesquisa, de produção de conhecimento, de comunicação, de organização e fundamentação de ideias, de elaboração de relatório de pesquisa, de fazer inferências e produzir conhecimento em equipe, de forma coletiva” (MASETTO, 2003).

Gráfico 15 - A melhor forma de avaliação do docente



Fonte: Pesquisa de Campo, 2024

4.2.7. Conteúdos de Contabilidade Pública no Exame de Suficiência

E, por fim, a última pergunta do questionário elencou, com base no edital do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, edição de N° 02/2022, o conteúdo programático de contabilidade pública que é cobrado na prova. A intenção desta questão foi saber, por meio dos discentes, se todos os conteúdos listados, foram estudados pelos alunos durante as aulas das disciplinas do âmbito público.:

Quadro 9 - Conteúdos do Exame de suficiência que foram abordados nas disciplinas de contabilidade pública

CONTEÚDOS	RESULTADOS
Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público	48 respostas, 71,6% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Receita de Transação sem Contraprestação;	24 respostas, 35,8% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Receita de Transação com Contraprestação;	24 respostas, 35,8% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes;	38 respostas 56,7% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Estoques;	36 respostas, 53,7% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Contratos de Concessão de Serviços Públicos – Concedente;	22 respostas, 32,8% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;	55 respostas, 82,1% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Procedimentos Contábeis Orçamentários; Princípios Orçamentários, Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária;	57 respostas, 85,1% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Procedimentos Contábeis Patrimoniais;	43 respostas, 64,2% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Demonstrações Contábeis;	50 respostas, 74,6% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.
Legislação.	51 respostas, 76,1% dos discentes afirmaram terem visto este conteúdo ao longo do curso.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, Exame de Suficiência, 2022.

Como análise dos resultados, como um todo, pode-se dizer que os conteúdos que são abordados no Exame de Suficiência, são devidamente aprendidos durante as aulas de contabilidade pública. Visto que, a média de questões que tratam da contabilidade pública, é de duas a quatro questões, os conteúdos que estão mais presentes na prova, obtiveram, um índice de resposta positiva acima de 60%.

82,1%, totalizando 55 dos entrevistados confirmam que estudaram o conteúdo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, assim como 57 entrevistados (55,1%) também confirmam o conteúdo de Procedimentos Contábeis Orçamentários; Princípios Orçamentários, Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária. O conteúdo I - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação Contábil, foi visto por 71,6% dos discentes. E por fim, os conteúdos Demonstrações Contábeis e Legislação, respectivamente, com 74,6% e 76,1%. Até mesmo conteúdo que raramente aparecem nas questões do Exame de Suficiência, obtiveram índices positivos em relação à opinião dos discentes sobre estudar o conteúdo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, após análise e interpretação dos resultados, que os discentes pertencentes a amostra da pesquisa, possuem um certo grau de dificuldade para a absorção do conteúdo, independentemente do período que o aluno se encontra. Somado a esta afirmação, 41 (63%) destes alunos não escolhem as disciplinas de contabilidade pública como sua preferida,

Entretanto, notou-se que estes mesmos alunos se sentem motivados a ingressar no ramo público no mercado de trabalho, mesmo preterindo as disciplinas da área pública. Todavia, foi descoberto também, que esta motivação acontece devido ao interesse na estabilidade financeira e empregatícia

Em relação ao Projeto de Planejamento de Curso (PPC), constatou-se que cursar as disciplinas da área pública da metade para o fim do curso, não influencia negativamente. E que a percepção dos discentes em relação a carga horária e a quantidade de disciplinas é positiva.

Constatou-se uma baixa quantidade de estudantes que estagiaram na área pública, recomenda-se, para a Coordenação do Curso, firmar parcerias que insiram os discentes dentro desse mercado, pois, a análise informa que os alunos que estagiaram nos órgãos públicos tiveram bom desempenho nas disciplinas da área pública.

Uma das dificuldades descobertas foi a baixa frequência do uso do laboratório durante as aulas, por esse método está fora da metodologia de ensino do docente. Fica como sugestão aos respectivos docentes, a inserirem cada vez mais, dentro de suas limitações, o uso dessa atividade complementar, como também atividades de campo, visitas a órgãos públicos, projetos de pesquisa, pois ajudará aos discentes a adquirirem maior apreço pela área

Foi concluído também que a didática do docentes que ministra as disciplinas de Auditoria Pública e Contabilidade Governamental é elogiável, e aceita pelos entrevistados. Em contrapartida, para o docente que lecionou Orçamento e Gestão Pública, o mesmo obteve um índice de aprovação regular, e que também, as avaliações que são feitas através de trabalhos acadêmicos que simulem situações do cotidiano da contabilidade pública, ajudam a motivar os discentes.

Os resultados obtidos evidenciam que as principais dificuldades dos discentes é a alta carga teórica presente nas disciplinas de contabilidade pública, ocultando o dinamismo e participação dos alunos, além de promover o distanciamento destes com os valores, as funções e a importância da Contabilidade Pública para a sociedade.

Como sugestão, cabe à Coordenação dos Cursos, junto com os outros órgãos competentes, elaborar uma matriz curricular que vise a inserção dos discentes no mundo da

contabilidade pública, de uma forma mais versátil e didática, para que ao saírem da Universidade, os estudantes, não fiquem com a visão de que cursaram as disciplinas apenas para cumprir a carga horária do curso, mas que aprenderam os conceitos e a importância da contabilidade pública.

Este estudo apresenta limitações, visto que a análise foi feita em uma pequena amostra da quantidade total dos discentes aptos a responder. Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se ampliar a amostra e o período da análise, além de inserir novas perguntas referente a melhoria das disciplinas, bem como também buscar a opinião dos docentes, para que se possa comparar e discutir ambas as opiniões, chegando a conclusão de um consenso harmonioso e benéfico a todos.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Lourival. A Evolução Histórica dos Cursos de Contabilidade em Santa Catarina. 1ª ed. Florianópolis: Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina. 1999.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 15 de maio de 2023.

BRASIL. Lei nº4320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União.. Brasília, DF. 1964. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14320.htm > Acesso em: 15 de maio de 2023.

CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública: Teoria Prática e mais de 700 exercícios. 3ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CASTRO. Domingos de Poubel. Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público. Integração das Áreas do Ciclo de Gestão: Contabilidade, Orçamento e Auditoria e Organização dos Controles Internos, como Suporte à Governança Corporativa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2018.

CURSOS da UFAL conquistam notas máximas no Enade e se consolidam como os melhores de Alagoas. Já é Notícia. Disponível em: <<https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2023/11/09/115944-cursos-da-ufal-conquistam-notas-maximas-no-enade-e-se-consolidam-como-os-melhores-de-alagoas>> Acessado em: 20/06/2024.

DANTON, Gian. Metodologia Científica. Edição especial. Pará de Minas, MG: Virtual Books Online M&M Editores LTDA, 2000/2002.

GIL, Antonio C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HADDAD, Rosaura Conceição Contabilidade pública / Rosaura Conceição Haddad, Francisco Glauber Lima Mota – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2010.

LEAL, D.T.B; CORNACHIONE, JR, E. A aula expositiva no ensino da contabilidade. **Contabilidade vista & revista**, v. 17, n. 3, p. 91-113, 2006.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010

MARQUES, Leandro; Biavatti, Vania Tanira. Estratégias Aplicadas No Ensino Da Contabilidade: Evidências Dos Planos De Ensino De Uma Universidade Pública. Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL, vol. 12, núm. 2, 2019, pp. 24-47, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/3193/319358499002/319358499002.pdf> > Acesso em: 12 de dezembro de 2023

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007

MASETTO, M.T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 24^a ed. atualizada por Eurico Andrade Azevedo, Délcio Balestero e José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 1999.

OLIVEIRA, Thais Paiva de. Teoria e prática no ensino da contabilidade pública: a visão dos discentes. 2020. 83 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <
<https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/16690/2/Disserta%20c3%a7%20-%20Thais%20Paiva%20de%20Oliveira%20-%202020%20-%20Completa.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2023;

PALMA, D. A.; QUEIROZ, M. R. B. A gestão do currículo do curso superior de Ciências Contábeis. In: PELEIAS, I. R. (org.) **Didática para o ensino nas áreas de administração e ciências contábeis**. São Paulo. Atlas, 2012.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio, TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública**. 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004. Conselho Nacional de Educação Superior, Câmara de Educação Superior. Brasília, DF. Disponível em: <
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf> Acesso em 15 de maio de 2023.

RESTELLI, Lucas. Um Estudo Sobre A Contribuição Do Ensino Da Contabilidade Pública Frente Às Necessidades Deste Mercado Nas Prefeituras Do Sudoeste Do Paraná. Trabalho de Conclusão de Curso, 2019, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <
<https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/14271>> Acesso em: 23 de fevereiro de 2024.

SILVA. José Afonso. **Curso de direito constitucional positivo**. 22^a ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. *Revista Educação Pública*, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em: <
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>> Acesso em: 12 de julho de 2023

TEIXEIRA, Anísio. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Disponível em: < http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livros/chama_cap4.htm> Acessado em: 15 de maio de 2024

UFAL tem conceito 4 na avaliação do MEC pelo 3º ano consecutivo. Notícias UFAL. Disponível em: <
<https://noticias.ufal.br/ufal/noticias/2023/3/ufal-tem-conceito-4-na-avaliacao-do-mec-pelo-3o-ano-consecutivo>> Acessado em: 20 de junho de 2024.

APÊNDICE A - Questionário: As motivações e dificuldades que o estudante de ciências contábeis tem frente às disciplinas da Área Pública.

Link: <https://docs.google.com/forms/d/101GYV4JFJOnpA_aKpPOI2-bG1MWkrV9BoMNIufuywf8/edit >

Seção 1

Este questionário foi elaborado para o Trabalho de Conclusão de Curso, com o objetivo de investigar quais são as motivações e dificuldades que os discentes de contabilidade, que cursam A PARTIR DO 4º PERÍODO, encontram quando estudam as matérias que envolvem a contabilidade aplicada ao Setor Público, bem como encontrar os principais interesses e desinteresses, e sugestões de melhorias para maior aproveitamento das disciplinas.

Sua contribuição é muito importante!

Seção 2 - Perfil dos Respondentes

01) Qual seu sexo?

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não dizer
- Outro

02) Faixa Etária?

- 17-21
- 22-25
- 26-30
- 31-40

03) Qual sua Instituição de Ensino?

- Universidade Federal de Alagoas - UFAL - Campus A.C. Simões
- Universidade Federal de Alagoas - UFAL - Campus Sertão (Santana do Ipanema)

04) Qual seu atual período?

- 4º período
- 5º período
- 6º período
- 7º período
- 8º período
- 9º período
- 10º período

05) Qual o Plano Pedagógico do Curso você está vinculado?

- PPC 2009 - A.C. Simões

- PPC 2013 (antigo) - Campus Santana
- PPC 2017 (novo) - Campus Santana
- PPC 2019 (novo) - A.C. Simões

Seção 3 - Essa seção tem o objetivo de investigar a percepção dos respondentes quanto às motivações e dificuldades frente às disciplinas da área pública

06) Ao estudar os conteúdos curriculares pertencentes à contabilidade pública, qual foi seu nível de dificuldade quanto ao entendimento?

- nenhum médio alto

07) Numa escala de 0 a 10, no qual 0 é nenhuma preferência e 10 é toda preferência, você considera a contabilidade pública como uma das suas áreas (matérias) preferidas? 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

08) Ao estudar os conteúdos curriculares da Área Pública, você sentiu vontade de ingressar nesta área depois de formado? Sim não

09) Se sua resposta à pergunta anterior foi SIM, quais dos motivos abaixo causou seu interesse em ingressar no ramo da contabilidade pública?

- Os conceitos, a função e a importância da contabilidade pública para a sociedade me fizeram demonstrar interesse
- Peguei apreço pelos conteúdos estudados
- O fator da estabilidade financeira e empregatícia me fez demonstrar interesse pela área

10) Na sua percepção, cursar as matérias pertinentes a área pública, da metade para o final da matriz do curso, interferiu, seja negativamente ou positivamente, no seu apreço pela área?

- Sim Não

11) Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 com nenhuma frequência e 5 com muita frequência, quantas vezes, você aluno(a), frequentou o laboratório de informática durante as disciplinas de contabilidade pública nenhuma frequência 1 2 3 4 5 muita frequência

Se o respondente marcou a questão anterior entre 1 a 3,

Quais foram os principais empecilhos para que tenham tido poucas aulas laboratoriais?

- Calendário acadêmico - (fériados, paralisações, greves e outros empecilhos nas datas)
- Laboratório defasado / máquinas insuficientes e/ou quebradas
- Fora da metodologia de ensino do docente
- Quantidade de alunos na turma
- Outro:

12) Já estagiou em área pública?

Sim Não

13) Caso tenha estagiado após pagar UMA ou MAIS disciplinas da área pública, em uma escala de 1 a 5, onde 1 é nada e 5 é muito, em quanto ter estudado as disciplinas da área pública antes de estagiar na área ajudou na desenvoltura e eficiência nas funções que lhe foram designadas no ambiente de trabalho?

nada 1 2 3 4 5 muito

14) Caso tenha estagiado antes de pagar UMA ou MAIS disciplinas da área pública, em uma escala de 1 a 5, onde 1 é nada e 5 é muito, em quanto ter estagiado na área pública antes de estudar as disciplinas na área pública ajudou na desenvoltura e eficiência nas disciplinas?

nada 1 2 3 4 5 muito

15) Qual a sua percepção quanto a carga horária dos conteúdos curriculares da área de contabilidade pública no seu curso:

Baixa Normal Alta

16) Para você, qual das formas de avaliação melhor ajuda ou ajudou você a aprender e se interessar pela área da contabilidade pública:

Elaboração de trabalhos simulando situações, funções, relatórios, etc que ocorrem na contabilidade pública

Questionário com perguntas e respostas sobre o conteúdo programático.

Outro:

17) Em uma escala de 1 a 5, sendo 1 péssimo e 5 ótimo, como você avalia a didática dos docentes que lecionaram as seguintes matérias: 1 2 3 4 5

Orçamento e gestão Pública (ou Orçamento Público)

Auditoria Pública

Contabilidade Pública (ou Governamental)

18) O PPC de 2009 do curso de contabilidade do A.C. Simões consta os seguintes conteúdos curriculares voltados para a área pública: Orçamento e Gestão Pública, Auditoria Pública, Contabilidade Governamental.

O PPC de 2013 do curso de contabilidade do A.C. Simões consta com os seguintes conteúdos curriculares voltados para a área pública: Contabilidade Pública, Auditoria Pública, Controladoria Pública

O PPC de 2017 do curso de contabilidade do Campus Santana consta com os seguintes conteúdos curriculares voltado para a área pública: Orçamento Público, Contabilidade Pública

Ao cursar as disciplinas da área pública, no seu turno de origem, você percebeu uma interligação entre as disciplinas, ou seja, uma disciplina complementando a disciplina seguinte?

Sim Não

19) Se você respondeu NÃO na questão anterior, o que dificultou a interligação entre as disciplinas:

20) " EDITAL DO EXAME DE SUFICIÊNCIA EDIÇÃO N.º 02/2022, ANEXO III – DETALHAMENTO DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- a) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público;
- b) Receita de Transação sem Contraprestação;
- c) Receita de Transação com Contraprestação;
- d) Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes;
- e) Estoques;
- f) Contratos de Concessão de Serviços Públicos – Concedente;
- g) Plano de Contas Aplicado ao Setor Público;
- h) Procedimentos Contábeis Orçamentários; Princípios Orçamentários, Receita Orçamentária, Despesa Orçamentária;
- i) Procedimentos Contábeis Patrimoniais;
- k) Demonstrações Contábeis;
- l) Legislação. "

Mais detalhes sobre cada conteúdo em: <https://cfc.org.br/exame-de-suficiencia-anteriores/2o-exame-de-suficiencia-de-2022/>

Acima, apresentam-se os 11 (onze) conteúdos relacionados à Contabilidade Pública que estão presentes na prova do Exame de Suficiência. Marque, de acordo com a letra relacionada, quais desses conteúdos foram abordados durante as aulas das disciplinas da área pública:

A B C D E F G H I J K L

ANEXO A

Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis - Bacharelado. Maceió, 2019: <
<https://feac.ufal.br/pt-br/graduacao/contabilidade/documentos/projeto-pedagogico-do-curso-ppc> >

Universidade Federal de Alagoas. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis - Bacharelado. Maceió, 2009. Disponível em: <<https://feac.ufal.br/pt-br/graduacao/contabilidade/documentos/projeto-pedagogico-do-curso-ppc> > Acesso em: 10 de junho de 2023

Universidade Federal de Alagoas. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis - Bacharelado. Santana do Ipanema, 2013. Disponível em: <
<https://campusdosertao.ufal.br/graduacao/ciencias-contabeis/documentos/projeto-pedagogico-1> > Acesso em: 10 de junho de 2023

Universidade Federal de Alagoas. Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis - Bacharelado. Santana do Ipanema, 2017. Disponível em: <
<https://campusdosertao.ufal.br/graduacao/ciencias-contabeis/documentos/projeto-pedagogico-1> > Acesso em: 10 de junho de 2023